

I - Contexto Operacional:

Nota 1) A Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ) é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa e financeira própria, instituída com a participação do Estado de São Paulo, dos Municípios e da Sociedade Civil, conforme consta de sua escritura pública de Constituição.

A AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ tem como princípio organizacional a manutenção de estrutura técnica e administrativa de dimensões reduzidas, com prioridade à execução descentralizada de obras e serviços, os quais serão atribuídos a órgãos e entidades, públicos e privados, seguindo as diretrizes, orientações e normas estabelecidas por meio de Deliberações dos COMITÊS PCJ.

II - Apresentação das demonstrações:

Nota 2) As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009 que alteram artigos da Lei nº 6.404/76 e, nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), tais quais a Resolução CFC nº 1.409/12, NBC T 10.19 (entidade sem finalidade de lucros), Resolução 1.305/10, NBC TG 07 (subvenção e assistência governamentais) e Resolução CFC nº 1.255/09, NBC TG 1.000 (contabilidade para pequenas e médias empresas), Interpretação Técnica Geral – ITG 2002, dentre outras. As demonstrações financeiras também seguem todos os preceitos das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

III – Formalidade da Escrituração Contábil:

Nota 3) A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Nota 3.1) Os registros contábeis contêm número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

Nota 3.2) As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no livro “Diário Geral de Contabilidade” da Entidade e posteriormente, registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

Nota 3.3) A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

Nota 3.4) A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

IV - Resumo das práticas contábeis:

Nota 4) A prática contábil adotada para apuração do resultado, segue o regime de competência de exercícios para apropriação de receitas e despesas correspondentes.

Nota 5) O balanço patrimonial é composto por: Ativo, Passivo e Patrimônio Social.

Nota 5.1) O Ativo é composto pelos bens e direitos da entidade e é dividido em circulante e não circulante. No ativo circulante, estão os ativos de curto prazo (com realização de até 12 meses). No ativo não circulante estão os ativos de longo prazo (com realização superior a 12 meses), imobilizado e sua respectiva depreciação acumulada.

Nota 5.2) O Passivo é composto pelas obrigações da entidade e é dividido em circulante e não circulante. No passivo circulante, estão os passivos de curto prazo (com exigibilidade de até 12 meses). No passivo não circulante, estão os passivos de longo prazo (com exigibilidade superior a 12 meses).

Nota 5.3) O Patrimônio Social representa a “situação líquida” da entidade, e é composto por:

- Patrimônio Social: investimento inicial da entidade;
- Bens (transferidos do Consórcio PCJ – Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios PCJ): representado pelos ativos imobilizados transferidos pelo Consórcio PCJ para a Fundação Agencia das Bacias PCJ;

- Fundos Patrimoniais: composto pelo superávit acumulado referente aos recursos estaduais, conforme previsto no Capítulo IX § 1º do Estatuto Social da Fundação Agência das Bacias PCJ;

Nota 6) Os ativos e passivos da entidade estão registrados em conformidade com seus efetivos valores históricos;

Nota 7) A entidade não possui estoques de qualquer natureza (mercadorias/materiais) na época do encerramento do ano calendário;

Nota 8) O saldo da conta Recursos Estaduais a Receber, no valor de R\$ 191.079,02 (cento e noventa e um mil, e setenta e nove reais e dois centavos), são referentes aos recursos a receber do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, com base na arrecadação sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em 2015, a ser repassado a Fundação Agência das Bacias PCJ em 2016;

Nota 9) O saldo da conta Recursos Federais a Receber, no valor de R\$ 2.279.145,76 (dois milhões, duzentos e setenta e nove mil, cento e quarenta e cinco reais e setenta e seis centavos), são referentes aos recursos a receber da Agência Nacional de Águas – A.N.A., com base na arrecadação sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em 2015, a ser repassado a Fundação Agência das Bacias PCJ em 2016;

Nota 10) Os Contratos/Fornecedores, firmados para a prestação de serviços à Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, apresentavam saldos na data do encerramento do exercício, conforme quadro demonstrativo abaixo:

CONTRATOS / FORNECEDORES 2012			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	SALDO
CT 38/2012	FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO E HIDRAULICA - FCTH	28/12/2012 à 27/06/2017	723.504,72
CONTRATOS / FORNECEDORES 2013			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	SALDO
CT 25/2013	B&B ENGENHARIA LTDA	16/09/2013 à 16/04/2016	346.653,29
CT 26/2013	N.S. ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL S/C LTDA	16/09/2013 à 16/04/2016	182.460,17
CONTRATOS FORNECEDORES 2014			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	SALDO
CT 07/2014	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRACICABA	07/03/2014 à 06/03/2016	5.940,00
CT 08/2014	MC PROJETOS DE COMUNICAÇÃO LTDA	28/03/2014 à 27/03/2016	1.500,00
CT 23/2014	FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO E HIDRÁULICA - FCTH	05/06/2014 à 04/06/2018	3.855.015,40

CT 39/2014	AVENTURAS PRODUÇÕES E EDIÇÕES EDUCATIVAS LTDA	05/11/2014 à 05/02/2016	47.500,00
CT 40/2014	UNIMED PIRACICABA SOC. COOPERATIVA SERVIÇOS MÉDICOS	11/12/2014 à 10/12/2016	217.842,22
CT 41/2014	VEGAS CARD DO BRASIL CARTÕES DE CRÉDITO LTDA	23/12/2014 à 22/02/2016	76.674,34
CONTRATOS FORNECEDORES 2015			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	SALDO
CT 08/2015	MANIFESTA CERIMONIAL LTDA - ME	19/01/2015 à 18/01/2016	36.758,37
CT 12/2015	PIRA CÓPIAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	04/03/2015 à 03/03/2016	9.223,60
CT 13/2015	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRACICABA	19/03/2015 à 18/03/2017	84.000,00
CT 14/2015	PONTO OITO ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA - ME	25/03/2015 à 31/03/2017	58.556,00
CT 17/2015	MAROUN ADVOGADOS ASSOCIADOS	27/04/2015 à 26/04/2016	16.460,00
CT 18/2015	CHILLI ORGANIZAÇÃO DE FESTAS E EVENTOS LTDA	27/04/2015 à 26/04/2016	7.500,00
CT 19/2015	GUILHERME FERNANDO PENTEADO - ME	07/05/2015 à 06/05/2016	8.370,00
CT 25/2015	IRRIGART ENGENHARIA CONSULTORIA EM RECURSOS HIDRICOS	03/08/2015 à 02/08/2016	1.164.666,68
CT 26/2015	TM COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS LTDA	27/07/2015 à 26/07/2016	15.635,75
CT 27/2015	ONE2UP PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA. - ME	07/08/2015 à 06/08/2016	14.856,14
CT 28/2015	EMPRESA FUTURA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA -ME	10/08/2015 à 09/08/2016	58.413,92
CT 29/2015	NOVAES ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP	10/08/2015 à 09/08/2016	780.067,30
CT 31/2015	DISCOPEL GRÁFICA E EDITORA LTDA. - ME	25/08/2015 à 24/08/2016	44.246,00
CT 32/2015	GRÁFICA IGUAÇU LTDA. - ME	25/08/2015 à 24/08/2016	1.289,80
CT 33/2015	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA AGRÍCOLA - FUNDAG	25/08/2015 à 03/05/2017	161.569,14
CT 34/2015	FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS AQUÁTICAS - FUNDESPA	11/09/2015 à 10/04/2016	530.600,00
CT 35/2015	CW7 INSTITUTO DE PESQUISAS LTDA - EPP	18/09/2015 à 04/02/2016	9.835,00
CT 36/2015	IRRIGART ENGENHARIA CONSULTORIA EM RECURSOS HIDRICOS	23/09/2015 à 22/09/2016	275.000,00
CT 37/2015	CODASP - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO	07/10/2015 à 15/01/2016	468.436,47
CT 39/2015	FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO - FESPSP	27/10/2015 à 26/10/2017	902.880,00
CT 40/2015	IX ESTUDOS E PROJETOS LTDA - EPP	18/11/2015 à 17/11/2016	419.000,00

CT 42/2015	THM TRANSPORTES LTDA - ME	18/11/2015 à 17/11/2016	22.284,47
CT 43/2015	R.A.S.A. RACIONALIZA ÁGUA, SOLO E AMBIENTE	04/12/2015 à 18/01/2016	15.400,00
CT 44/2015	IMAGEM GEOSISTEMA E COMÉRCIO LTDA	29/12/2015 à 28/12/2016	1.225.731,35
T.A.	REZECON CONTABILIDADE ASSESSORIA LTDA	10/05/2015 à 09/05/2016	14.406,92
T.A.	FGA CONSULTORIA E SISTEMAS S/C LTDA	26/11/2015 à 25/05/2016	21.572,92
T.A.	AGENCIA TORRES PASSAGENS E TURISMO LTDA	16/10/2015 à 04/11/2016	199.462,27
T.A.	PAULO EDUARDO STUCCHI DE CARVALHO - ME	13/10/2015 à 12/04/2016	19.200,00

Nota 11) O imobilizado foi registrado da seguinte forma:

Os imobilizados adquiridos pela entidade estão registrados pelo custo de aquisição (ou valor original) e sua depreciação se dá utilizando-se do método linear, baseado em sua vida útil estimada;

Nota 12) No dia 02 de fevereiro de 2015, através do Termo de Doação nº 001/ANA/2015, foram doados 71 (setenta e um) bens de informática, considerados inservíveis, à OSCIP Instituto Rumo, sendo destinados às atividades regimentais desse instituto, sendo as respectivas doações baixadas do ativo imobilizado da entidade.

No dia 18 de dezembro de 2015, através dos Termos de Doação nºs 007/ANA/2015, 008/ANA/2015, 009/ANA/2015, foram doados 02 (dois) veículos ao Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), 01 (um) veículo à Prefeitura Municipal de Camanducaia e 01 (um) veículo à Prefeitura Municipal de Itapeva para a realização de suas atividades previstas em seus respectivos regimentos internos, sendo as respectivas doações baixadas do ativo imobilizado da entidade.

Nota 13) Em atendimento ao princípio da competência foram realizados pagamentos em 2015, provisionados até a data de 31/12/2014, na esfera federal, no montante de R\$ 104.931,32 (cento e quatro mil, novecentos e trinta e um reais e trinta e dois centavos), que representam compromissos financeiros com fornecedores, impostos, salários a pagar, ressarcimento de despesas de viagem a pagar assumidos no exercício social de 2014, mas que saíram das Contas Bancárias da Fundação Agência das Bacias PCJ no início do exercício Social de 2015, conforme demonstrado abaixo:

Valores Provisionados em 2014 com Pagamentos em 2015 - Federal	Valores em Reais
IRRF S/ TERCEIROS A PAGAR	3.415,54
RETENÇÃO 4,65%	4.541,23
RESSARCIMENTO DE DESP. DE VIAGEM	110,00
PONTO OITO ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	3.444,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRACICABA	4.290,00
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS	7.171,64
ATENDE SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI ME	3.247,91
JORNAIS TRP IMP E EXP MAQ GRAFICAS EM GERAL	190,00
PANORAMA DIARIO COM PUBLICIDADE LTDA	434,00
SALARIOS A PAGAR	63.579,00
LZTV PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA	11.750,00
PRO-AMBIENTE ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA	2.758,00
TOTAL	104.931,32

Nota 13.1) Ainda em atendimento ao princípio da competência foram provisionados até a data de 31/12/2015, na esfera federal, o montante de R\$ 303.083,45 (trezentos e três mil, oitenta e três reais e quarenta e cinco centavos), que representa compromissos financeiros com fornecedores, impostos, salários a pagar, estágios a pagar, aluguéis a pagar e condomínios a pagar assumidos no exercício social de 2015, mas que sairão das Contas Bancárias da Fundação Agência das Bacias PCJ no início do exercício Social de 2016, conforme demonstrado abaixo:

Valores Provisionados em 2015 com Pagamentos em 2016 - Federal	Valores em Reais
AGENCIA TORRES PASSAGENS E TURISMO	598,40
AUDIMAXI AUDITORIA LTDA	2.298,33
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS	10.359,13
FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE HIDRAULICA	126.098,63
TORREFAÇÕES NOIVACOLINENSES LTDA	83,88
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRACICABA	2.970,00
MANIFESTA CERIMONIAL LTDA ME	36.758,33
PAULO EDUARDO STUCCHI DE CARVALHO - ME	4.800,00
SALARIOS A PAGAR	54.237,00
ESTÁGIOS A PAGAR	1.710,00
INSS S/ TERCEIROS A RECOLHER	803,19
IRRF S/ TERCEIROS A RECOLHER	11.768,42
ISSQN S/ TERCEIROS A RECOLHER	169,23
RETENÇÃO 4,65%	36.539,86

ALUGUEIS A PAGAR	8.210,77
CONDOMÍNIOS A PAGAR	5.678,28
TOTAL	303.083,45

Nota 14) Em atendimento ao princípio da competência foram provisionados valores em 2014, na esfera estadual, no montante de R\$ 112.829,67 (cento e doze mil, oitocentos e vinte e nove reais e sessenta e sete centavos), que representa compromissos financeiros com fornecedores de mercadorias e serviços, impostos e encargos sociais, tarifas bancárias, aluguéis/condomínios, estagiários, assumidos no exercício social de 2014, mas que saíram das Contas Bancárias da Fundação Agência das Bacias PCJ no início do exercício Social de 2015, conforme demonstrado abaixo:

Valores Provisionados em 2014 com Pagamentos em 2015 - Estadual	Valores em Reais
ALUGUEIS A PAGAR	7.164,43
IRRF S/ TERCEIROS A PAGAR	139,54
CONDOMINIO A PAGAR	4.246,22
FGTS A PAGAR	11.219,10
INSS A PAGAR	32.712,37
REZECON CONTABILIDADE	3.478,25
PIS S/ FOLHA A PAGAR	1.402,39
AUDIMAXI AUDITORIA LTDA	2.068,50
INSS S/ TERCEIROS A PAGAR	1.073,80
ISSQN A PAGAR	244,04
IRRF S/ RENDIMENTOS	30.528,44
ESTAGIOS A PAGAR	4.075,00
MAROUN ADVOGADOS ASSOC.	3.889,49
TARIFAS BANCARIAS A PAGAR	10.588,10
TOTAL	112.829,67

Nota 14.1) Valores provisionados em 2015, na esfera estadual, no montante de R\$ 112.113,44 (cento e doze mil, cento e treze reais e quarenta e quatro centavos), representa compromissos financeiros com fornecedores de mercadorias e serviços, impostos e encargos sociais e tarifas bancárias, assumidos no exercício social de 2015, mas que sairão das Contas Bancárias da Fundação Agência das Bacias PCJ no início do exercício Social de 2016, conforme demonstrado abaixo:

Valores Provisionados em 2015 com Pagamentos em 2016 - Estadual	Valores em Reais
MAROUN ADVOGADOS ASSOC.	4.115,00
REZECON CONTABILIDADE	3.601,73
MIRIAN BORGES DA SILVA ME	118,00
SALARIOS A PAGAR	8.845,00
INSS A PAGAR	33.670,46
FGTS A PAGAR	11.378,42
PIS S/ FOLHA A PAGAR	1.468,17
IRRF S/ RENDIMENTOS	28.163,86
TARIFAS BANCARIAS A PAGAR	20.752,80
TOTAL	112.113,44

Nota 15) Férias a Pagar e Encargos: Foram “provisionados” com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do levantamento do balanço patrimonial;

Nota 16) A conta Recursos Federais (ANA), é uma Receita Diferida e representa toda a entrada de recursos federais (ANA) oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Do total arrecadado, juntamente com os rendimentos financeiros, a entidade pode utilizar-se de até 7,5% (sete e meio por cento) para custeio operacional. O saldo restante de 92,5% (noventa e dois e meio por cento) é dividido entre Ações de Apoio, Repasse para os Empreendimentos Contratados e o Plano de Aplicação Plurianual. Ressalta-se que a Resolução ANA nº 2018, de 15 de dezembro de 2014, estabelece que os recursos arrecadados e os respectivos rendimentos financeiros não utilizados no exercício financeiro poderão ser utilizados no exercício subsequente, observada a limitação ora mencionada.

COBRANÇA FEDERAL - 2015

Meses	Arrecadação 2015 em Reais	Rendimentos Financeiros 2015 em Reais	Limite p/ Custeio 2015 (7,5%) em Reais
Janeiro/15	16.321,73	400.571,30	31.266,98
Fevereiro/15	36.735,58	427.856,77	34.844,43
Março/15	1.740.643,73	362.313,16	157.721,77
Abril/15	1.692.109,55	464.906,02	161.776,17
Mai/15	101.982,72	372.990,32	35.622,98
Junho/15	3.262.254,65	472.994,52	280.143,69
Julho/15	1.669.554,09	454.113,20	159.275,05
Agosto/15	1.653.637,48	479.653,12	159.996,80

Setembro/15	1.621.180,31	506.440,28	159.571,54
Outubro/15	267.507,20	463.865,20	54.852,93
Novembro/15	3.360.082,35	414.455,08	283.090,31
Dezembro/15	1.663.077,38	489.744,99	161.461,68
Total	17.085.086,77	5.309.903,96	1.679.624,30

Nota 17) O valor utilizado pela entidade para custeio federal (7,5%) foi de R\$ 1.304.863,53 (um milhão, trezentos e quatro mil, oitocentos e sessenta e três reais e cinquenta e três centavos), sendo que nesse valor para essa finalidade (custeio) não foi considerado o valor da depreciação dos bens transferidos do Consórcio PCJ no montante de R\$ 43.190,11 (quarenta e três mil, cento e noventa reais e onze centavos), bem como a despesa de doação referente aos bens transferidos do Consórcio PCJ no montante de R\$ 6.683,56 (seis mil, seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta e seis centavos), conforme quadro abaixo:

DESPESAS DE CUSTEIO FEDERAL	
Discriminação das Despesas	Valores em Reais
Despesas Trabalhistas	854.236,79
Despesas Gerais	421.096,34
Depreciação Bens Fundação	29.530,40
Depreciação Bens Transferidos do Consórcio	43.190,11
Despesa com Doação Bens Transferidos do Consórcio	6.683,56
SUB -TOTAL (DSD)	1.354.737,20
(-) Depreciação Bens Transferidos do Consórcio	43.190,11
(-)Despesa com Doação Bens Transferidos do Consórcio	6.683,56
TOTAL	1.304.863,53

Nota 17.1) Ressaltando que na nomenclatura “despesas trabalhistas” estão inclusos apenas os valores dos salários, férias e 13º salário, pois os encargos sociais (INSS, FGTS, e PIS sobre folha de pagamento), incidentes sobre esses salários são pagos através dos recursos financeiros estaduais.

Nota 17.2) As Certidões Negativas de Débitos, em relação aos recolhimentos dos encargos sociais são partes integrantes desses relatórios.

Nota 18) A conta provisão para contingências, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) foi revertida em 2015, para conta “receitas diferidas ANA”, tendo em vista a recomendação constante no

relatório de avaliação contábil referente as demonstrações contábeis de 2014. Sendo que a entidade delegatária entendeu necessária a constituição de nova provisão para contingências, considerando que o Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, terá vigência até 31 de dezembro de 2020, podendo ser encerrado antes mediante a instituição de uma nova Agência de Água nas Bacias PCJ. Assim sendo, visando evidenciar essa possibilidade de não renovação ou mesmo o encerramento de forma antecipada, justifica-se dessa forma a constituição dessa nova provisão para contingências, em relação a verbas indenizatórias que seriam devidas no caso dessas rescisões contratuais de seus colaboradores, montante esse devido em 31/12/2015, no valor de R\$ 435.203,64 (quatrocentos e trinta e cinco mil, duzentos e três reais e sessenta e quatro centavos), valor esse suportado pela sobra do custeio administrativo (7,5%) do ano de 2015. Provisão essa constituída em conformidade com o que determina a norma NBC TG 25, mais especificamente no seu item 72.

Nota 19) Ações de apoio são recursos de investimento (incluso no percentual de 92,5% dos recursos federais) aprovados pelos Comitês PCJ para a execução de atividades específicas das quais a Fundação Agência das Bacias PCJ é a própria contratante e executante.

Nota 20) A conta empreendimentos contratados refere-se aos valores de investimento oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos (incluso no percentual de 92,5% dos recursos federais) repassados pela Fundação Agência das Bacias PCJ aos tomadores diversos, para a execução dos empreendimentos previamente aprovados pelos Comitês PCJ, com acompanhamento e autorização do agente técnico financeiro, que é a Caixa Econômica Federal.

Nota 21) A partir do exercício social de 2013 foi aprovado pelos Comitês PCJ o Plano de Aplicação Plurianual (PAP), já definido para os anos de 2013 a 2016, valores esses que são considerados investimentos (inclusos no percentual de 92,5% dos recursos federais), com origem na cobrança pelo uso dos recursos hídricos, cujas ações serão contratadas pela Fundação Agência das Bacias PCJ no período de abrangência do plano.

Nota 22) O projeto EcoCuencas foi aprovado em 2014 pelo Programa da Comissão Europeia sobre Gestão de Bacias e Mudanças Climáticas (WaterClima) e tem como objetivo melhorar a gestão das bacias hidrográficas, implementando mecanismos de redistribuição financeira, aliados ao desenvolvimento sustentável. No mês de junho de 2015, a Agência das Bacias PCJ assegurou, por meio da assinatura de um

Contrato de Consórcio, a sua participação no projeto em conjunto com o Ecologic Institute (Alemanha), Asconit (França), Senagua (Equador), Irager (Peru), Corporación Cuenca Verde (Colômbia), Autoridad Nacional del Agua (Peru) e Rede Brasil de Organismos de Bacia (Brasil). Para a ação que abordará temas relacionados à governança, planejamento, financiamento e sistemas de informações que serão disponibilizados à Agência das Bacias PCJ, em 36 meses, 197.300 euros pela Comissão Europeia e 75.000 euros corresponderão a contrapartida da Agência das Bacias PCJ, sendo que esses recursos serão provenientes de sobra do custeio. Tais recursos poderão ser utilizados para custear contratação de prestação de serviços de consultoria e assessoria, salários de colaboradores técnicos e administrativos, além de viagens e diárias internacionais. O reconhecimento contábil de tal transação foi realizado através de uma conta no ativo denominada “Recursos Ecocuencas a Receber” de igual contrapartida no passivo nomeada “Receita Diferida - Ecocuencas” ao valor de R\$ 682.500,16 (seiscentos e oitenta e dois mil, quinhentos reais e dezesseis centavos) conforme cotação do euro na data em que o contrato foi firmado em junho de 2015, sendo atualizado esse valor na data do encerramento do balanço, o saldo corrigido foi de R\$ 838.169,86 (oitocentos e trinta e oito mil, cento e sessenta e nove reais e oitenta e seis centavos). Ainda em outubro de 2015, foi firmado contrato de prestação de serviços com a empresa Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP utilizando o montante a ser repassado pelo Projeto Ecocuencas no valor de R\$ 902.880,00 (novecentos e dois mil, oitocentos e oitenta reais), reconhecido em conta do passivo “Projeto Ecocuencas”, saldo esse que apresentou variação no fechamento das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015, de R\$ 64.710,14 (sessenta e quatro mil, setecentos e dez reais e quatorze centavos), reconhecida em conta redutora do passivo denominada “(-/+) Variação/Supressão - Projeto Ecocuencas a Realizar”.

Nota 23) As Receitas da Agência das Bacias PCJ são reconhecidas em conformidade com a Resolução CFC nº 1409/12 a Resolução CFC nº 1.305/10, NBC TG 30 – Receitas e NBC TG 1.000, e encontram-se evidenciadas na **Demonstração de Superávit ou Déficit**;

Nota 23.1) As receitas são subdivididas em Federais (ANA), Estaduais (FEHIDRO) e Estaduais (Secretaria Executiva dos Comitês), conforme quadros demonstrativos abaixo:

Receitas Federais	Valores em Reais
Receitas Transferência Federal (repasses)	9.820.872,99

Receitas Transferência Federal (custeio)	1.304.863,53
Receitas Transferência Federal (Ações de Apoio)	1.105.368,39
Receitas Transferência Federal (PAP)	9.351.233,30
Total das Receitas Federais	21.582.338,21

Receitas Estaduais	Valores em Reais
Receitas Transferência Estadual (FEHIDRO)	1.439.277,38
Receitas Financeiras (Aplicação FEHIDRO)	379.261,15
Receitas Transferência Estadual (Secretaria Executiva Comitês)	39.718,68
Total das Receitas Estadual	1.858.257,21

Nota 23.2) Os recursos de origens estaduais (FEHIDRO) são estritamente para custeio, sendo repassado para a Agência das Bacias PCJ o valor correspondente a 10,00% (dez por cento) do que é arrecadado com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio estadual. Esses recursos de origem estadual são atribuídos como receita ao fim de cada mês, com base na arrecadação realizada.

Nota 23.3) Outra fonte de recurso estadual é o recurso oriundo do FEHIDRO/Royalties/compensação financeira, referente ao setor energético, com a finalidade de custear a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.

Nota 23.4) Os recursos de origens federais (ANA) são originários da arrecadação com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União e são integralmente repassados para a Agência das Bacias PCJ. São divididos em Custeio (7,5%) e Investimentos (92,5%).

Nota 23.5) Os recursos de origem do Projeto Ecocuencas serão aportados pela Comissão Europeia, sendo que a Agência das Bacias PCJ deverá respeitar as normas para adjudicação de contratos pelos beneficiários de subvenções no marco das ações exteriores da União Europeia quando utilizar tais recursos financeiros.

Nota 23.6) Tanto os recursos destinados à Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, quanto os recursos federais, e também os recursos do Projeto Ecocuencas, são contabilmente reconhecidos como RECEITAS DIFERIDAS, ou seja, uma receita de realização futura no Passivo Não Circulante.

Nota 23.7) A realização da receita se dá de forma sistêmica e racional. De acordo com a resolução CFC nº 1.305/10, em seu item 12:

“É fundamental, pelo regime de competência, que a receita de subvenção governamental seja reconhecida em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período e confrontada com as despesas correspondentes. Assim, o reconhecimento da receita de subvenção governamental no momento de seu recebimento somente é admitido nos casos em que não há base de alocação da subvenção ao longo dos períodos beneficiados.”

Ainda:

“Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser em conta específica do passivo.”

Resumidamente, os recursos repassados e a repassar para a Fundação Agência das Bacias PCJ, tanto de origem federal como estadual, figuram pelas contas patrimoniais, e são apropriadas ao resultado (reconhecimento como receita e despesa) à medida que ocorrer sua realização;

Nota 24) As despesas da entidade são apuradas através de documentos idôneos (Notas Fiscais e Recibos) em conformidade com as exigências legais/fiscais. São divididas em:

- a) Custeio (federal e estadual);
- b) Ações de Apoio;
- c) Repasses;
- d) Plano de Aplicação Plurianual;
- e) Secretaria Executiva Comites PCJ.

Nota 25) Os recursos da Agência das Bacias PCJ foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, e respeitando as deliberações do Comitê PCJ e os limites para Custeio;

Nota 26) O superávit do exercício de 2015 foi de R\$ 329.464,98 (trezentos e vinte e nove mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e noventa e oito centavos), e serão alocados no patrimônio da entidade da seguinte forma:

- a) Dedução de R\$ 43.190,11 (quarenta e três mil, cento e noventa reais e onze centavos), referente à despesa de depreciação, que será alocado na conta Bens (transferidos do Consórcio PCJ);
- b) Dedução de R\$ 6.683,56 (seis mil, seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta e seis centavos) referente, à despesa de

doação dos bens transferidos do Consórcio PCJ, que será alocado na conta Bens (transferidos do Consórcio PCJ);

- c) Superávit de R\$ 379.338,65 (trezentos e setenta e nove mil, trezentos e trinta e oito reais e sessenta e cinco centavos), será alocado na conta FUNDO PATRIMONIAL, conforme previsto no Capítulo IX § 1º do Estatuto Social da Fundação Agência das Bacias PCJ;

Descrição	Valores em Reais
Bens (transferidos do Consorcio PCJ) – Patrimônio Líquido	(49.873,67)
Fundo Patrimonial	379.338,65
Superávit exercício 2015	329.464,98

Nota 27) Contrato de Gestão

Nota 27.1) Os recursos federais são originários da arrecadação com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União e repassados para a Fundação Agência das Bacias PCJ, conforme Contrato de Gestão nº 003/11 celebrado com a Agência Nacional de Águas (ANA), visando o exercício de funções de competência de Agência de Água.

Nota 27.2) Já os recursos de origem estadual são correspondentes à cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio estadual e transferidos para a Agência das Bacias PCJ pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, de acordo com a Lei Estadual nº 10.020/98, bem como os recursos destinados à Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.

Nota 28) A ANA estabeleceu, através da Resolução nº 2019/2014, procedimentos a serem adotados pelas entidades delegatárias de funções de Agências de Água, para a seleção e recrutamento de pessoal. No artigo 2º considera-se como pessoal os dirigentes e empregados remunerados com recursos da cobrança federal através do Contrato de Gestão ANA nº 003/2011. Os dirigentes são indicados e nomeados, enquanto os empregados devem ser contratados a partir da realização de processo de seleção. Ainda cabe destacar que, no artigo 6º, comenta-se sobre a possibilidade de aproveitamento de empregados da entidade delegatária anterior.

Nesse sentido, cabe esclarecer que a Agência das Bacias PCJ está cumprindo com os dispositivos estabelecidos pela Resolução nº 2019/2014, já que remunera somente os salários líquidos dos 03 (três) dirigentes nomeados, 04 (quatro) coordenadores e 01 (um) assessor

oriundos do Consórcio PCJ e 06 (seis) funcionários permanentes contratados a partir de Concurso Público.

Assim, no intuito de se adequar e cumprir rigorosamente as condições determinadas, a Diretoria da Agência das Bacias PCJ decidiu realizar, a partir do segundo semestre de 2015, tanto o pagamento dos salários líquidos quanto dos encargos sociais e trabalhistas dos Coordenadores Financeiro e de Gestão com recursos advindos da cobrança estadual paulista pelo uso de recursos hídricos. Ressalta-se que, ainda no exercício de 2015 a entidade ressarciu a conta do Contrato de Gestão ANA com os valores referentes aos salários líquidos do primeiro semestre de 2015 dos empregados ora mencionados no montante de R\$ 47.126,00 (quarenta e sete mil, cento e vinte e seis reais), transferido em 30 de dezembro de 2015 da conta corrente Banco do Brasil para conta corrente Caixa Econômica Federal, também ocorrendo nesta data a transferência do mesmo valor entre despesa de salários federal para a despesa com salários estadual. Ainda foi realizada a transferência entre despesas federais para despesas estaduais no valor de R\$ 8.477,17 (oito mil, quatrocentos e setenta e sete reais e dezessete centavos) referentes à férias a pagar provisionadas durante o primeiro semestre e R\$ 5.449,62 (cinco mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e sessenta e dois centavos) de 13º salário do mesmo período, totalizando um montante transferido de R\$ 13.926,79 (treze mil, novecentos e vinte e seis reais e setenta e nove centavos).

Nota 29) Em 19 de agosto de 2015 a Agência das Bacias PCJ promoveu o ressarcimento, ao caixa do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, dos valores desembolsados para pagamento do Prêmio Yara, corrigidos pela caderneta de poupança, no montante de R\$ 22.387,15 (vinte e dois mil, trezentos e oitenta e sete reais e quinze centavos), tendo em vista o recebimento de recursos para patrocínio deste evento junto à Caixa Econômica Federal.

Nota 30) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Nota 30.1) A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Nota 30.2) O Método adotado na elaboração da DFC foi o DIRETO, onde discriminamos abaixo os valores efetivamente recebidos em 2015, bem como os pagamentos efetuados.

Saldo Inicial em 01/01/2015	71.571.425,73
(+) Recursos Recebidos - 2015	15.248.046,40
(+) Rendimentos Financeiros - 2015	5.309.903,96
(=) Sub Total	92.129.376,09
(-)Desembolsos Custeio Federal - 2015	1.290.121,66
(-)Desembolsos Repasses Empreendimentos -2015	9.820.636,11
(-)Desembolsos Ações de Apoio - 2015	1.106.203,18
(-)Desembolsos Plano Aplicação Plurianual - 2015	9.136.326,31
(-) Desembolsos Aquisições de Ativo - 2015	8.149,00
Saldo Final em 31/12/2015	70.767.939,83

Movimentação Financeira - Estadual 2015	
Saldo Inicial em 01/01/2015	3.594.714,19
(+) Recursos Recebidos Custeio - 2015	1.373.710,82
(+) Recursos Recebidos – Secr. Exec. Comitês 2015	90.212,07
(+) Rendimentos Financeiros Custeios – 2015	379.261,15
(+) Rendimentos Financeiros Secr. Executiva 2015	87.213,85
(=) Sub Total	5.525.112,08
(-)Desembolsos Custeio Estadual - 2015	1.422.061,68
(-)Desembolsos Secretaria Exec. Comitês - 2015	39.894,89
Saldo Final em 31/12/2015	4.063.155,51

Nota 31) Doações/Garantias de Contrato/Contribuições Recebidas

Nota 31.1) Eventualmente a Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas jurídicas, conforme previsão no Cap. IX, art. 30 do Estatuto Social da Entidade.

Nota 31.2) Em 2013, a entidade teve recebimento de recursos da empresa EPS Consultoria Ambiental Ltda., a título de garantia de contrato, no montante de R\$ 24.300,00 (vinte e quatro mil e trezentos reais), que acrescidos dos rendimentos financeiros apresentava um saldo em 10/08/2015, de R\$ 27.908,82 (vinte e sete mil, novecentos e oito reais e oitenta e dois centavos), devidamente contabilizada de forma segregada em seu ativo (conta poupança) e em seu passivo (possível obrigação de devolução), que foi devolvido à empresa após o término do contrato de prestação de serviço, o qual foi cumprido integralmente por parte da EPS Consultoria Ambiental Ltda.

Nota 32) Cobertura de Seguros:

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros e assim, atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade.

ITEM SEGURADO	COBERTURA	VIGÊNCIA
Empresarial	R\$ 1.200.00,00	25/05/2015 a 25/05/2016
Vida em grupo	R\$ 640.000,00	24/01/2015 a 23/01/2016
Gol EGR-1136	R\$ 80.000,00	21/03/2015 a 21/03/2016
Gol EGR-1303	R\$ 80.000,00	21/03/2015 a 21/03/2016
Polo EZT-1031	R\$ 80.000,00	06/03/2015 a 06/03/2016